



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 253/2011

Súmula: Institui o reconhecimento de utilidade pública ao Grupo Escoteiro Marechal Rondon – Rondon, com sede e foro nesta Capital.

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Escoteiro Marechal Rondon – Rondon, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.

**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

**RELATOR**



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 294/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a ONG – JART, com sede e foro nesta Capital.

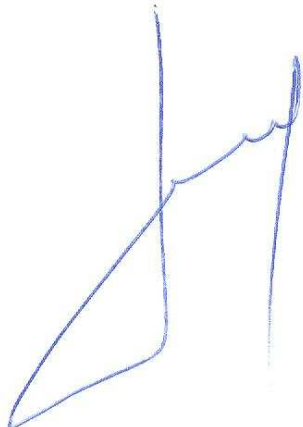
Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ONG – JART, com sede e foro nesta Capital.

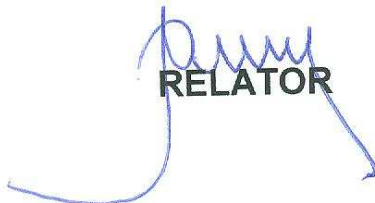
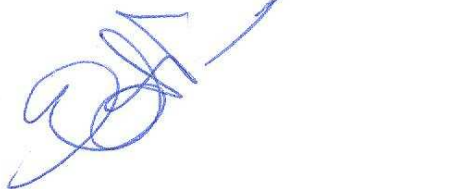
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.

  
**ALEXANDRE CURTI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## Projeto de Lei Complementar nº 350/11

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 26 ABR. 2011

1º Secretário

**Súmula:** Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II, do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

**Art. 1º** Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, todos os atos dos poderes públicos municipais, deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consulente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

**Parágrafo Único.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da lei, sejam gravados com sigilo.

**Art. 2º** Para efeito do disposto no artigo anterior, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

**§ 1º** A obrigação de veiculação de que trata o *caput* deste artigo alcança os atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, incluindo as respectivas administrações diretas indiretas, que importem em realização de despesas públicas e, em especial:

- a) as aquisições e locações de bens móveis e imóveis;
- b) as doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza;
- c) a admissão, nomeação, demissão, exoneração aposentadorias de servidores e empregados públicos, incluídos os comissionados; e
- d) a contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

**§ 2º** Os municípios que mantenham serviços eletrônicos por meio dos quais promovam, em suas respectivas páginas de internet, a

1520 26/04/2011 08:22:54





publicação de Diário Oficial Municipal, por meio das quais se garanta amplo e livre acesso às publicações dos atos oficiais, ficam dispensados da veiculação, por meio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

**Art. 3º** Além da veiculação de que trata o artigo anterior, os atos que impliquem efetivação de despesas e relacionados à aquisição e locação de bens móveis e imóveis, doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza e a compra ou contratação de serviços, incluindo os respectivos editais de licitação, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em mídia impressa.

**Parágrafo Único.** A escolha do veículo para publicação, em mídia impressa, dos atos de que trata este artigo, deverá se dar mediante procedimento licitatório que propicie a participação de jornais de ampla circulação no município ou região em que este se situa.

**Art. 4º** A publicação de que trata o § 2º, do art. 27, da Constituição Estadual deverá se dar nos termos do art. 2º desta Lei Complementar.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo Único.** Os municípios deverão se adequar ao disposto na presente Lei Complementar até o dia 1º de janeiro de 2012, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei Complementar.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei 16.238, de 30 de setembro de 2009.

Sala das Sessões,

VALDIR ROSSONI  
Deputado

Plauto Miró Guimarães  
Deputado





## JUSTIFICATIVA

A sociedade passa por profundas mudanças e entre as mais significativas está a tomada de consciência quanto a sua responsabilidade perante o controle da Administração Pública. Neste sentido vem promovendo movimentos sociais que culminaram e culminam com a demanda de balizamentos legais e, até mesmo, judiciais, pelos quais se impele o administrador público a dar maior efetividade aos pressupostos constitucionais, notadamente o da publicidade, como forma de garantir que o conhecimento e a destinação da prática administrativa esteja ao alcance de todo cidadão.

É neste contexto que a publicidade dos atos administrativos importa na garantia ao pleno acesso aos atos emanados de todos os poderes e em todas as esferas de governo, seja por meio da internet, seja por meio de divulgação na mídia e se constitui em um dos mais poderosos instrumentos de aferição da qualidade da Administração Pública, além de coibidor da má gestão.

A obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos está prevista nos §§ 1º e 2º, do Art. 37, da Constituição Federal e se faz reproduzida no Art. 27 da Constituição Estadual.

Neste sentido, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 16.595/10, chamada "**Lei Estadual da Transparência**", que nascida de uma movimentação popular pela transparência dos Poderes Públicos, estabelece que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dos seus órgãos, devam ser publicados no Diário Oficial do Estado.

A presente proposta de Lei Complementar, regulamentadora do dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, todos do artigo 27 da Constituição Estadual tem o mesmo objetivo.

Uma vez aprovada, a Lei Complementar certamente irá se constituir em mais um e importante instrumento de controle administrativo.





A sociedade passa por profundas mudanças e entre as mais significativas está a tomada de consciência quanto a sua responsabilidade perante o controle da Administração Pública. Neste sentido vem promovendo movimentos sociais que culminaram e culminam com a demanda de balizamentos legais e, até mesmo, judiciais, pelos quais se impele o administrador público a dar maior efetividade aos pressupostos constitucionais, notadamente o da publicidade, como forma de garantir que o conhecimento e a destinação da prática administrativa esteja ao alcance de todo cidadão.

É neste contexto que a publicidade dos atos administrativos importa na garantia ao pleno acesso aos atos emanados de todos os poderes e em todas as esferas de governo, seja por meio da internet, seja por meio de divulgação na mídia e se constitui em um dos mais poderosos instrumentos de aferição da qualidade da Administração Pública, além de coibidor da má gestão.

A obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos está prevista nos §§ 1º e 2º, do Art. 37, da Constituição Federal e se faz reproduzida no Art. 27 da Constituição Estadual.

Neste sentido, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 16.595/10, chamada "**Lei Estadual da Transparência**", que nascida de uma movimentação popular pela transparência dos Poderes Públicos, estabelece que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dos seus órgãos, devam ser publicados no Diário Oficial do Estado.

A presente proposta de Lei Complementar, regulamentadora do dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, todos do artigo 27 da Constituição Estadual tem o mesmo objetivo.

Uma vez aprovada, a Lei Complementar certamente irá se constituir em mais um e importante instrumento de controle administrativo.





## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 24 MAIO 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência"  
para a votação do Projeto de Lei  
Complementar nº350/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 350/11, que regulamenta dispositivos do artigo 27 da Constituição Estadual, a Lei da Transparência Municipal.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2011.

Deputado Valdir Rossoni  
Presidente

Deputado Plauto Miró Guimarães  
1º Secretário

15:53 24/05/2011 003537 DEP. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 350/11**

**Projeto de Lei Complementar nº. 350/11**  
**Autores: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró.**

**Súmula:** Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II, do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo nos Municípios.

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 37 DA CF. ARTS. 27 E 65 DA CE. ARTS. 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei complementar de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, objetiva regulamentar os §§ 1º e 2º e o inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, § 2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, artigo 37 da Constituição Federal estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da publicidade:

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...)**

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

**Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte (...)**

Além disso, os doutrinadores Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, ensinam sobre o princípio da publicidade:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No plano jurídico-formal o princípio da publicidade aponta para a necessidade de que todos os atos administrativos estejam expostos ao público, que se pratiquem à luz do dia, até porque os agentes estatais não atuam para a satisfação de interesses pessoais, nem sequer da própria Administração, que, sabidamente, é apenas um conjunto de pessoas, órgãos, entidades e funções, uma estrutura, enfim, a serviço do interesse público, que, este sim, está acima de quaisquer pessoas. Prepostos da sociedade, que os mantém e legitima no exercício das suas funções, devem os agentes públicos estar permanentemente abertos à inspeção social, o que só se materializa com a publicação/publicidade dos seus atos. <sup>1</sup>

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto está em consonância aos ditames constitucionais.

No entanto, com o objetivo de proporcionar melhor redação e eficácia ao projeto de lei complementar ora em tela, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

<sup>1</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 2 ed. pg. 834.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**

**RELATOR**






*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 350/2011**

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei Complementar nº 350/11 a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA:** Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II, do §4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

**Art. 1º.** Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, todos os atos dos poderes públicos municipais, deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consutente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

**Parágrafo Único.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da Lei, sejam gravados com sigilo.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 2º.** Para efeito do disposto no caput do artigo 1º, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por:

- I - meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado;
- II - mídia impressa.

**§1º.** A obrigação de veiculação de que trata o caput deste artigo alcança os atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, incluindo as respectivas administrações diretas e indiretas, que importem em realização de despesas públicas, tais como:

- a) as aquisições e locações de bens móveis e imóveis;
- b) as doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza;
- c) a admissão, nomeação, demissão, exoneração e aposentadorias de servidores e empregados públicos, incluídos os comissionados;
- d) atos relacionados à contratação de fornecedores e prestadores de serviços, incluindo os respectivos editais de licitação;
- e) atos relacionados à gestão fiscal.

**§2º.** Os Municípios que mantenham serviços eletrônicos por meio dos quais promovam, em suas respectivas páginas de internet, a publicação de Diário Oficial Municipal, por meio das quais se garanta ampla e livre acesso às publicações dos atos oficiais, ficam dispensados da veiculação, por meio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**§3º.** A escolha do veículo para publicação em mídia impressa será feita mediante procedimento licitatório que propicie a participação de jornais de comprovada circulação no Município e região em que se situe.

**Art. 3º.** A publicação de que trata o §2º, do artigo 27, da Constituição Estadual deverá se dar nos termos do artigo 2º desta Lei Complementar.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** Os Municípios deverão se adequar ao disposto na presente Lei Complementar até o dia 1º de janeiro de 2012, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei Complementar.

**Art. 5º.** Fica revogada a Lei Estadual nº. 16.238, de 30 de setembro de 2009.

Sala das Comissões em, 31 de maio de 2011.

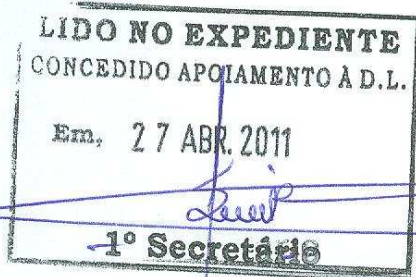
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**





*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



**PROJETO DE LEI Nº 355/11**

**Súmula:** Declara de utilidade pública estadual o Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade - CEMIC- Joaquim Rodrigues Junior.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o **Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade - CEMIC- Joaquim Rodrigues Junior, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual





## JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo, declarar de utilidade pública o **Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade - CEMIC- Joaquim Rodrigues Junior**, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade, promover a assistência social e o bem estar dos alunos, com a promoção da cidadania, atividades esportivas, cultura, lazer e iniciação a formação sócio-profissional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 355/2011**

Projeto de Lei nº 355/2011

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO A COMUNIDADE – CEMIC – JOAQUIM RODRIGUES JUNIOR**.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO A COMUNIDADE – CEMIC – JOAQUIM RODRIGUES JUNIOR**, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.





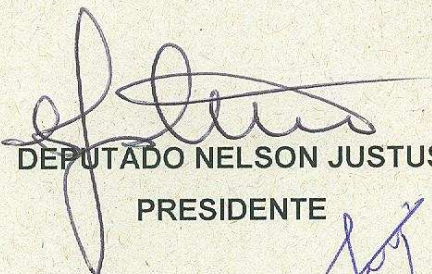
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

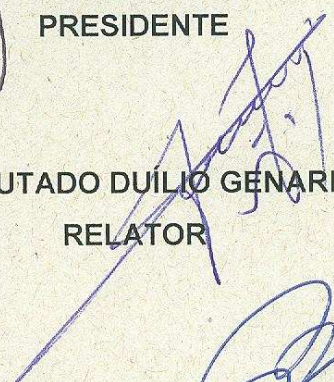
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DUILIO GENARI  
RELATOR



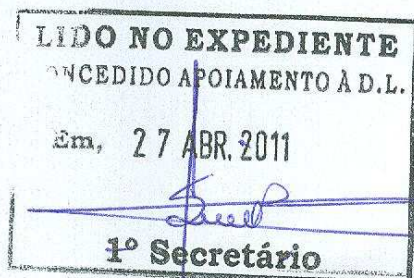


# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Professor Lemos



## PROJETO DE LEI Nº 356/11



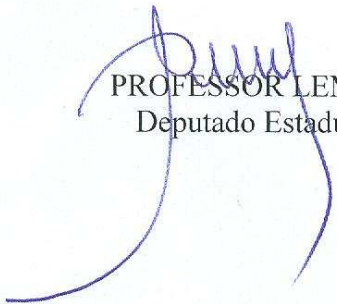
**SÚMULA:** Declara de utilidade pública o AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2011.

  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Professor Lemos*

## **JUSTIFICATIVA**

O AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL é uma Associação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. De caráter não governamental. Sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Constituem finalidades fundamentais do "Afro-Globo", organizar o maior número de pessoas, interessadas em defender a liberdade de expressão e, especificamente, defender os Direitos Humanos, a Cidadania, e a Consciência Negra, para a manutenção da cultura negra e de seus direitos humanos através da pesquisa cultural, filosófica e estilo de vida da população negra do país e no sentido de combater a discriminação, o preconceito e a desigualdade social. A Afro Globo Fórum Cultural atua em conformidade com os objetivos da assistência social..

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 356/2011**

**Projeto de Lei nº. 356/2011**

**Autor: Deputado Estadual Professor Lemos**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL**, com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL**, com sede e foro no Município de Curitiba.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal  
tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 02 MAIO 2011  
*Quarto*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 362/11

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual o "Instituto Latino Americano de Saúde e Meio Ambiente-ILASMA", com a sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Estadual o "Instituto Latino Americano de Saúde e Meio Ambiente ILASMA", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 31 de março de 2011.

  
Valdir Rossoni  
Deputado Estadual

14:24 02/05/2011 002424 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





**JUSTIFICATIVA:**

O presente Instituto tem como finalidade praticar atividades que busquem a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O ILASMA, num processo de interação e parceria com Órgãos Públicos, Entidades e com a Sociedade, vem procurando ampliar a cada ano sua ação, de modo a cumprir sua missão institucional que é:

“Desenvolver ações técnico-científicas em saúde e meio ambiente proporcionando qualidade de vida e bem estar humano”.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 362/2011**

**Projeto de Lei nº. 362/2011**

**Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni**

*Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o*  
***"INSTITUTO LATINO AMERICANO DE SAÚDE***  
***E MEIO AMBIENTE – ILASMA"***, com sede e foro  
*no Município de Curitiba.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o ***"INSTITUTO LATINO AMERICANO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE – ILASMA"***, com sede e foro no Município de Curitiba.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



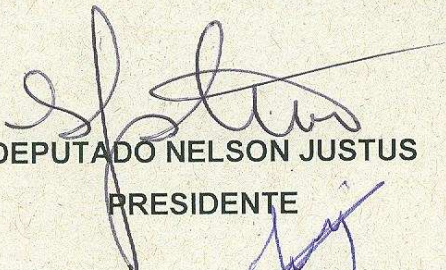


*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DUILIO GENARI  
RELATOR